

COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO
DISCIPLINA NECESSÁRIA À FORMAÇÃO DO ARQUIVISTA?
INFORMATION LITERACY
DISCIPLINE NECESSARY FOR THE TRAINING OF THE ARCHIVIST?

RENATA LIRA FURTADO | Professora da Faculdade de Arquivologia da Universidade Federal do Pará. Doutora no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (Unesp) | re23br@gmail.com

REGINA CÉLIA BAPTISTA BELLUZZO | Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Unesp | rbelluzzo@gmail.com

MARCIA CRISTINA DE CARVALHO PAZIN VITORIANO | Doutora em História Social pela USP. Professora do Departamento de Ciência da Informação da Unesp | marciapazin@marilia.unesp.br

RESUMO

Pretende-se identificar elementos relacionados à competência em informação nas diretrizes curriculares e projetos pedagógicos dos cursos de graduação em arquivologia brasileiros. Os resultados evidenciaram que os preceitos da disciplina transitam nos documentos de forma implícita, contudo é necessário observar outros indícios que consolidem a sua relevância para a formação arquivística.

Palavras-chave: arquivologia; competência em informação; formação profissional.

ABSTRACT

It aims to identify elements related to information literacy in the curriculum guidelines and pedagogical projects of undergraduate courses in Brazilian archival science. The results evidenced that the discipline precepts pass through the documents implicitly, however, it is necessary to identify other evidences that consolidate its relevance to the archival training.

Keywords: archival science; information literacy; professional qualification.

RESUMEN

Se pretende identificar elementos relacionados a la alfabetización informacional en las directrices curriculares y proyectos pedagógicos de los cursos de graduación en archivología brasileños. Los resultados evidenciaron que los preceptos de la disciplina transitan en los documentos de forma implícita, sin embargo es necesario identificar otros indicios que consoliden su relevancia para la formación arquivística.

Palabras clave: archivología; alfabetización informacional; formación profesional.

INTRODUÇÃO

A presente reflexão visa identificar elementos relacionados à disciplina competência em informação (ColInfo) nas diretrizes curriculares e projetos pedagógicos dos cursos de graduação em arquivologia brasileiros, considerando, principalmente, o papel do arquivista na sociedade contemporânea, onde o fluxo de informações é imensurável, a democratização do acesso à informação surge como uma necessidade latente e os avanços tecnológicos têm exigido cada vez mais o desenvolvimento de habilidades para lidar com a informação.

Nesse contexto, a ColInfo se destaca como uma disciplina relevante que permite ao indivíduo usufruir das informações e dos recursos tecnológicos para desenvolver-se de forma autônoma, atender às suas próprias necessidades informacionais e às do seu meio social. Contudo, pouco ou nada se aborda sobre a ColInfo no universo arquivístico, mesmo estando a arquivologia tão próxima da ciência da informação.

Tal evidência pode estar relacionada tanto com sua origem atrelada ao uso de fontes de informação, técnicas e métodos de estudo e habilidades para pesquisa em bibliotecas, como com a carência de pesquisas arquivísticas que tenham como objeto o sujeito e os processos de criação, de aprendizado, de resolução de problemas e de tomada de decisão.

A pesquisa em arquivologia no Brasil denuncia um tempo de renovação de pensamentos e práticas, condizentes com o cenário social permeado pela evolução tecnológica e todas as implicações dela decorrentes, que impactam diretamente no desenvolvimento de novas teorias e na consolidação de uma ciência. Seja pelos questionamentos em torno de seu objeto, objetivos, metodologias e terminologia, seja pela inserção de novas teorias, o fato é que a partir dos anos de 1980 a arquivística atravessa um momento de transição em busca de novos fundamentos teóricos que ofereçam subsídios tanto para o ‘saber’ quanto para o ‘fazer’ arquivístico.

Nessa vertente é possível vislumbrar pesquisas no âmbito da arquivologia apropriando-se de teorias já consolidadas em outras disciplinas que possam vir a contribuir para a consolidação da área. Temáticas que escapam do fazer-técnico arquivístico, que buscam responder questões além do eixo clássico, envolto de procedimentos e funções, que fogem ao escopo do núcleo duro da ciência arquivística – organização e representação da informação – ainda ocorrem de forma tímida no Brasil e, quando acontecem, é no âmbito de programas de pós-graduação em ciência da informação, considerando-se, inclusive, a existência de um único programa de pós-graduação específico em arquivologia no Brasil.

Nesse contexto é possível elencar pesquisas que propõem um diálogo com áreas afins à arquivologia, como é o caso da interlocução com temas correlatos à biblioteconomia e à ciência da informação (CI), que tem se mostrado valiosa e proveitosa, percebendo-se que é possível enriquecer a área sem diminuir ou enfraquecer as bases da disciplina arquivística (Carmo, 2015). Dentre essas pesquisas elencamos a “Arquivometria”, proposta por Elias (2015), oriunda dos estudos métricos; a “Mediação arquivística”, proposta por Lousada (2015) e Carmo (2015) e os “Estudos de usuários em arquivos”, abordados por Vaz (2015) e Andrade (2014).

No Brasil, as pesquisas envolvendo a competência em informação na arquivologia ainda são incipientes: Martendal, Silva e Vitorino (2017) analisaram os projetos pedagógicos

dos cursos de graduação em arquivologia de três universidades sulinas com o objetivo de identificar em que medida as quatro dimensões da disciplina se relacionam com o perfil desejado para os egressos, e Furtado, Belluzzo e Pazin (2016), por meio da revisão bibliográfica sistemática (RBS), mapearam a relação entre as temáticas Colnfo e arquivologia na produção acadêmica no cenário nacional e internacional, evidenciando a baixa produção bibliográfica diante de uma relação ainda pouco explorada, mas com elevado potencial de pesquisa.

COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO

A expressão competência em informação¹ é o equivalente em português do Brasil ao termo *information literacy*, que surgiu, em novembro 1974, em um documento elaborado pelo bibliotecário americano Paul Zurkowski, reconhecido como o primeiro a mencioná-lo ao apresentar à National Commission on Libraries and Information Science (NCLIS) o relatório *The information service environment relationships and priorities*, cujo principal objetivo era instruir a população para lidar com a abundância de informações disponíveis que excedem a capacidade humana de avaliar, com a diversidade de procedimentos de busca de informação existentes e com a variedade de rotas de acesso e fontes informacionais mal compreendidas e subutilizadas (Zurkovski, 1974, tradução nossa).

Desde então, a competência em informação vem se consolidando na ciência da informação e na biblioteconomia, dentre outras áreas, inclusive com a participação de entidades como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), que durante a última década tem promovido ativamente ações em torno da informação e do conhecimento, nas quais a Colnfo aparece como um fator relevante nos projetos que visam a construção de uma sociedade pluralista, equitativa e participativa, capacitando os cidadãos para tomar decisões críticas e proporcionando aos países sustentabilidade para o desenvolvimento político, econômico e social.

Dudziak (2008) apresenta a Colnfo como um movimento mundial com muitas iniciativas documentadas e contextualizadas nas diferentes sociedades e culturas, que transita em qualquer currículo ou formação e se constrói sobre um trabalho colaborativo que vai muito além dos limites da biblioteca e mesmo das instituições de ensino. A competência em informação está inserida no processo de emancipação humana, é um diferencial de desen-

1 No Brasil, o termo competência em informação consolidou-se em 2011, no seminário "Competência em Informação: cenários e tendências", realizado durante o XXIV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, na cidade de Maceió, Alagoas, sendo registrado, inclusive, na "Declaração de Maceió sobre a competência em informação", documento resultante do evento. A exemplo de outros países, na "Carta de Marília" (2014) foi recomendada a utilização da sigla – Colnfo – para indicar essa competência, a fim de que pudesse haver diferenciação da sigla utilizada para a ciência da informação (CI). A decisão pela tradução do termo foi corroborada pela Unesco, por meio da publicação *Overview of information literacy resources worldwide*, primeira e segunda edições (2013, 2014), organizada por Horton Jr., que consolidou a utilização da expressão como tradução oficial em português brasileiro para o termo norte-americano *information literacy*, estando registrada na logomarca da Unesco para a Colnfo.

volvimento socioeconômico e fator de promoção da inclusão social, elementos esses que justificam a necessidade de ampliação de estudos e debates sobre o tema e o engajamento dos profissionais da informação que devem ser os responsáveis pela ampliação das bases epistemológicas, práticas e políticas próprias e adequadas à realidade brasileira.

Para Forest Woody Horton Jr. (2007), o termo competência em informação está intimamente relacionado ao aprender a aprender e ao pensamento crítico. Significa o conjunto de atitudes e conhecimentos utilizados para saber quando a informação é necessária para ajudar a resolver um problema ou tomar uma decisão; como articular essa informação precisa em termos e linguagens pesquisáveis, e em seguida procurar a informação de forma eficiente, além de recuperar, interpretar, entender, organizar e avaliar a sua credibilidade e autenticidade, verificar a sua relevância e comunicá-la aos outros.

Diante dos distintos conceitos apresentados na literatura, Mata, Casarin e Marzal (2016) apresentam três perspectivas conceituais para a competência em informação, consideradas necessárias e complementares:

- perspectiva descritiva, com foco no usuário, relacionada ao conjunto de habilidades e à aquisição de comportamentos informacionais;
- perspectiva disciplinar, como área do conhecimento, destinada à pesquisa, ao desenvolvimento de metodologias específicas de análise, padrões e modelos pedagógicos, dedicada ao aprofundamento teórico e investigativo da ColInfo;
- perspectiva ensino-aprendizagem, relacionada à aquisição de habilidades para os processos de uso da informação, por meio de programas de ColInfo em instituições de ensino ou em outros ambientes, de modo formal ou informal, vinculados às disciplinas curriculares (Mata, Casarin e Marzal, 2016).

Nesse contexto, cabe incluir uma breve discussão em torno do conceito de disciplina, que permeia as definições apresentadas para a “perspectiva disciplinar” e para a “perspectiva ensino-aprendizagem”. Optou-se por expor as reflexões defendidas por Pombo (2010), para quem a palavra disciplina pode ter três significados: 1) disciplina como ramo do saber, 2) disciplina como componente curricular e 3) disciplina como conjunto de normas ou leis que regulam uma determinada atividade ou o comportamento de determinado grupo. Em Marques (2007), são destacadas as considerações acerca da diferença entre os termos disciplina científica e disciplina curricular – o primeiro configura-se como um ramo particular do conhecimento científico e o segundo constitui a prática de ensino de determinada disciplina científica.

Assim, é possível considerar a perspectiva disciplinar da ColInfo como disciplina ramo do saber e disciplina científica, enquanto a perspectiva ensino-aprendizagem é vista como disciplina componente curricular e disciplina curricular. Ainda com base nessa discussão, a competência em informação configura-se, nesta pesquisa, com relação ao termo disciplina, ora como disciplina científica, ora como disciplina curricular.

Atualmente, os estudos sobre competência em informação evidenciam questões que envolvem a mídia, a cidadania, a tecnologia, a educação e, mais recentemente, o universo

organizacional, fatores e ambientes que aproximam os indivíduos comuns de uma área de estudo restrita até pouco tempo ao âmbito científico e acadêmico.

A pesquisa de Brisola et al. (2016) apresenta uma discussão atual, ainda pouco explorada no Brasil, na vertente da competência crítica em informação. Jesus (2016), em sua pesquisa intitulada *Padrões de competências em informação: uma análise comparativa dos indicadores, direcionada a avaliação de competências infocomunicacionais e infomidiáticas*, apresenta como objetivo analisar os indicadores propostos pelos padrões de competência em informação derivados da Association of College & Research Libraries/American Library Association (ACRL/ALA) (2000) e verificar se estes permitem mensurar as “novas” competências – a infomidiática e a infocomunicacional –, que são expansões da competência em informação.

Yafushi (2015) parte do pressuposto de que a competência em informação é um recurso estratégico valioso para a organização na geração de novos conhecimentos para tomada de decisões, apresentando, no contexto organizacional, resultados que permitiram demonstrar que a ColInfo possui estreita relação com a construção de conhecimento e com as ações executadas pelos gestores e aplicadas em seus processos decisórios.

No âmbito educacional, especificamente no ensino superior, a pesquisa de Mata (2014) analisou como a competência em informação e os conteúdos de formação pedagógica têm sido inseridos e abordados nos currículos dos cursos de biblioteconomia do Brasil e de informação e documentação na Espanha. Constatou, no âmbito brasileiro, que dez dos 39 cursos de graduação em biblioteconomia apresentam disciplinas relacionadas à competência em informação, sendo todas de caráter obrigatório, o que pode ser considerado um importante avanço na área, observando-se que o tema é recente nesse contexto, embora poucos cursos tenham aderido à disciplina até o momento.

Ainda na mesma esfera educacional, o ensino superior, situa-se a tese de doutorado de Gabriela Belmont de Farias intitulada *Competência em informação no ensino de biblioteconomia: por uma aprendizagem significativa e criativa* (2014), que objetivou estabelecer a inter-relação dos conceitos da aprendizagem significativa, aprendizagem por competência e criatividade, a fim de contribuir com subsídios para o desenvolvimento da competência em informação como disciplina e/ou conteúdo transversal nas disciplinas dos cursos de biblioteconomia no contexto brasileiro.

As pesquisas de Mata (2014) e Farias (2014) apresentam uma pequena fração da realidade dos cursos de graduação, o curso de biblioteconomia, que, assim como o de arquivologia, está no domínio da ciência da informação e ainda não tem consolidada a vivência da ColInfo em seus projetos político-pedagógicos. Dessa forma, aos pesquisadores, docentes e alunos fica a missão de agir de maneira colaborativa a fim de propor mudanças a partir de seus “microambientes”.

A COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR

O ensino superior, assim como os demais níveis de ensino, vivencia um cenário de transformações expressivo, onde predomina a incerteza do lugar de consolidação da universidade.

de ao longo do século XXI. Contudo, pesquisas indicam um amplo conjunto de tendências que vislumbram esse cenário, como as mudanças apontadas por Porto e Régnier² no relatório de 2003 *O ensino superior no mundo e no Brasil – condicionantes, tendências e cenários para o horizonte 2003-2025: uma abordagem exploratória: mudanças nas relações da universidade com a sociedade, na natureza da prestação dos serviços acadêmicos e no modo de execução das atividades acadêmicas* (Porto; Régnier, 2003).

Algumas das mudanças apontadas em 2003 são realidade nos dias de hoje, outras ainda compõem um cenário desconhecido no contexto brasileiro. Com relação às mudanças nas relações da universidade com a sociedade, os autores apontam que à medida que a universidade, além dos papéis clássicos de ensino, pesquisa e extensão, tem desempenhado outras funções de interesse da sociedade, como serviços de saúde e assistência, fomento ao desenvolvimento econômico, entretenimento, entre outros, as barreiras que a protegiam das invasões de agentes políticos e econômicos estão sendo derrubadas. Dessa forma, a universidade como instituição está se tornando cada vez mais visível e vulnerável, e menos protegida diante dos agentes da sociedade, requerendo, portanto, novas formas de inserção e interação com o ambiente externo.

Ao abordarem as mudanças na natureza da prestação dos serviços acadêmicos, Porto e Régnier (2003) indicam que a universidade, na prestação dos serviços de educação superior, tende a assumir, cada vez mais, características voltadas para a *formação continuada*, proporcionando condições para uma aprendizagem contínua por toda a vida profissional; para a *redução de fronteiras rígidas entre os serviços*, significando que as diferentes atividades acadêmicas não apenas se tornam mais inter-relacionadas, mas se fundem efetivamente; para a *aprendizagem assíncrona*, quebrando as restrições de tempo e espaço e tornando as oportunidades de aprendizagem mais compatíveis com as necessidades e estilos de vida das pessoas; e, de uma maneira ampla, ofertando serviços bastante diversificados, visando servir a uma população cada vez mais diferenciada e com inúmeras e variadas necessidades e objetivos.

Sobre as mudanças no modo de execução das atividades acadêmicas, os autores apresentam um cenário em que a universidade do século XXI será considerada, cada vez mais, como uma instituição prestadora de serviços do conhecimento (criação, preservação, integração, transmissão e aplicação), em qualquer das formas demandadas pela sociedade contemporânea. Nesse contexto, embora seus papéis tradicionais de ensino-pesquisa-extensão não devam sofrer alterações fundamentais, seus modos específicos de execução mudarão significativamente. Os autores elencam, como exemplos, o “modelo artesanal” de produção transformando-se em outro mais próximo da “produção em massa”; os métodos de ensino-aprendizagem e os papéis dos professores submetidos a fortes pressões para mudança,

2 Baseado em: Understanding the competitive environment of the postsecondary knowledge industry. In: PETERSON, Marvin et al. *Planning and management for a changing environment: a handbook for redesigning postsecondary institutions*. San Francisco: Jossey-Bass Publishers, 1997.

principalmente em função das novas tecnologias e da geração digital; o desenvolvimento de pesquisas e dos processos de criação serão mais coletivos e multidisciplinares, tendo em vista tanto os recursos tecnológicos disponibilizados como a natureza dos novos conhecimentos demandados pela sociedade; e, por fim, o modelo de “biblioteca do futuro”, que suportará diferentes mídias e extrapolará suas atuais funções e domínios tradicionais de abrangência (Porto; Régnier, 2003).

A *Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: visão e ação* (Unesco, 1998) ressalta em seu preâmbulo a procura pela educação superior, acompanhada de sua enorme diversificação e da consciência do seu papel para o desenvolvimento sociocultural e econômico. O documento destaca que

sem uma educação superior e sem instituições de pesquisa adequadas que formem a massa crítica de pessoas qualificadas e cultas, nenhum país pode assegurar um desenvolvimento endógeno genuíno e sustentável e nem reduzir a disparidade que separa os países pobres e em desenvolvimento dos países desenvolvidos. O compartilhar do conhecimento, a cooperação internacional e as novas tecnologias podem oferecer oportunidades novas para reduzir esta disparidade (Unesco, 1998, p. 1).

O documento *Marco de ação da educação 2030*, produto do Fórum Mundial de Educação de 2015, apresenta em sua meta 4.3: “Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todas as mulheres e homens a uma educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, inclusive a universidade”. Nessa meta, merecem destaque os seguintes indicadores, que relacionam o ensino superior com a ColInfo: reduzir as barreiras ao *desenvolvimento de habilidades*, oferecer oportunidades de *aprendizado ao longo da vida* para jovens e adultos, estimular o *pensamento crítico e criativo* e gerar e disseminar conhecimentos para o crescimento social, cultural, ecológico e econômico. Por meio de sua função de pesquisa, essas instituições desempenham um papel fundamental na *criação de conhecimentos* e no apoio à ampliação das *capacidades analíticas e criativas* que possibilitam a descoberta de soluções para problemas locais e globais, em todas as áreas do desenvolvimento sustentável. Promover a *aprendizagem ao longo da vida* requer uma abordagem setorial ampla que englobe a aprendizagem formal, a não formal e a informal para pessoas de todas as idades, especificamente oportunidades de educação e formação de adultos.

Os termos grifados nos indicadores apresentados demonstram que os elementos que compõem a base teórica da competência em informação permeiam a discussão em torno das melhorias para a educação superior nos próximos anos, indicando a relevância da inserção da ColInfo como temática transversal, transdisciplinar e que perpassa conteúdos tradicionais.

Ao analisarmos a lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), especificamente o artigo 43, que define as finalidades da educação superior, também é possível identificar pontos convergentes com a ColInfo, como o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; a formação contínua; o

incentivo ao trabalho de pesquisa e à investigação científica e a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos.

O documento *Marco de ação da educação 2030* aponta, ainda, *estratégias indicativas* para se atingir a meta proposta. Dentre elas, a que mais se destaca no contexto desta pesquisa é o papel das instituições de educação terciária, inclusive universidades, que devem apoiar e fomentar o desenvolvimento de políticas para a oferta de oportunidades de *aprendizagem ao longo da vida* que sejam equitativas e de qualidade. A proposição dessa estratégia corrobora o pensamento de Lau (2013), para quem o sistema educacional tem a grande responsabilidade de formar pessoas com capacidade cognitiva para acessar os benefícios que oferece a chamada sociedade do conhecimento, assim como para formar atores decisivos para os destinos do país.

Dudziak (2003) afirma que se almejamos uma nova educação, direcionada para a competência em informação, faz-se necessário alterar as bases da comunicação e as estruturas de poder dentro das instituições de ensino, considerando que a ColInfo encontra respaldo nas práticas curriculares, por meio do currículo integrado (baseado na transdisciplinaridade) e no aprendizado baseado em recursos (*resource-based learning*) que objetivam instrumentalizar e interiorizar comportamentos que levem à proficiência investigativa, ao pensamento crítico, ao aprendizado independente ao longo da vida.

Badke (2010) reitera que, apesar da presença de muitos programas de competência em informação em ambiente universitário, sendo a maioria no âmbito das bibliotecas, a literatura apresenta a ColInfo como um conteúdo acadêmico viável, porém que ainda permanece escondido para a maioria dos professores e gestores acadêmicos. O autor aponta que os possíveis motivos para sua invisibilidade no ambiente universitário são a interpretação equivocada; a ausência nas agendas das instituições; a falsa crença de que a competência em informação é adquirida apenas pela experiência; a errônea suposição de que é sinônimo de capacidade tecnológica. A cultura dos professores e gestores acadêmicos torna a ColInfo menos significativa do que outras atividades educacionais e os organismos de acreditação ainda não avançaram para uma concepção em que a competência em informação assuma uma posição viável para o ensino superior. Faz-se necessário e urgente, no cenário atual de informação e de transformações, que essas barreiras sejam superadas e que a ColInfo possa ocupar um lugar proeminente na experiência acadêmica (Badke, 2010, tradução nossa).

São inúmeras as evidências que colocam a ColInfo como uma temática que deve ser discutida e inserida no contexto universitário. Essa preocupação não é uma pauta recente, a temática está inserida em pesquisas por todo o mundo. Estados Unidos, Austrália e Reino Unido elaboram, desde a década de 1980, documentos, modelos, padrões e *frameworks* que destacam a relevância da disciplina no ensino superior. Segundo Jonhston e Webber (2003), uma das prioridades estratégicas listadas no documento australiano *An education and training action plan for the information economy*, de 2000, para o ensino superior, é incentivar as universidades a assegurar que seus graduados ingressem no mercado de trabalho com as competências necessárias, incluindo habilidades informacionais e de aprendizagem. No Reino Unido, a ColInfo raramente é mencionada explicitamente nos documentos como parte das “habilidades-chave”, contrastando com a abordagem australiana, em que os

relatórios oficiais mencionam diretamente a competência em informação, em vez de apenas habilidades em tecnologias da informação (TI) (Jonhston; Webber, 2003).

No cenário americano, Jonhston e Webber (2003) apresentam como um problema o fato de a maioria das iniciativas de competência em informação nos Estados Unidos serem lideradas por bibliotecários, cujo trabalho não pode ser integrado como créditos em aulas. Segundo os autores, muita atenção foi dada à Colíno por tomadores de decisão políticos, bibliotecários e acadêmicos, porém os resultados ainda são relativamente tímidos, ofertando um guia potencialmente superficial para a elaboração de um currículo para a disciplina no ensino superior. Ainda assim, as iniciativas são insuficientes em todo o mundo, principalmente no Brasil, para fomentar ações que reflitam, por exemplo, na criação de políticas públicas que sejam realmente implementadas.

A COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO NA FORMAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA

Jardim (2006) acredita ser impossível analisar a dimensão educativa da arquivologia sem considerar o seu percurso, dentro e fora do Brasil, como campo do conhecimento. Para ele, é preciso pensar a arquivologia como área científica e formadora dos membros que a produzem e reproduzem como campo do conhecimento. Tal reflexão é corroborada por Bellotto, para quem “não resta a menor dúvida de que a formação universitária é o mais importante instrumento para que a atividade arquivística passe, de uma vez por todas, de simples ocupação a profissão” (2006, p. 303).

Eastwood (1988, p. 229) cita o italiano Eugenio Casanova que bem observou que “a questão do treinamento do arquivista é uma das mais difíceis, pois há sempre o risco de exigir e fazer muito pouco ou apresentar pretensões exageradas”. Na verdade, nenhum elemento é mais importante para qualquer profissão do que a educação de seus membros, pois é a educação profissional que modela a perspectiva dos aprendentes e a imagem que estes apresentam para sociedade.

Em sua tese de doutorado, Oliveira (2014) analisou os vínculos acadêmicos, os projetos político-pedagógicos e os currículos adotados nos cursos de arquivologia das universidades brasileiras com o intuito de identificar como ocorre a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de habilidades e competências que o arquivista deve dominar, bem como as relações estabelecidas entre os conteúdos curriculares e as características particulares de cada curso. Essas análises possibilitaram identificar que

no âmbito dos cursos de graduação em arquivologia existem diversas propostas curriculares, decorrentes das diferenças entre: as vinculações acadêmicas e institucionais dos cursos, as formações/titulações dos docentes, os perfis dos alunos e as variadas demandas do mundo do trabalho. Desse modo, cada curso discute sobre estruturas curriculares que contemplem sua própria realidade. É possível identificar semelhanças entre os modelos de formação adotados pelas universidades brasileiras. Alguns cursos dialogam mais com a História e privilegiam em sua estrutura curricular os arquivos permanentes,

outros estão mais próximos da administração e têm os currículos voltados para os arquivos correntes e para a compreensão da gestão documental no âmbito administrativo. Existem cursos que demonstram preocupação em incentivar a pesquisa e a formação de alunos com perfil acadêmico, enquanto outros sequer contemplam em sua grade curricular disciplinas voltadas para a pesquisa ou metodologia científica (Oliveira, 2014, p. 28).

A análise de Oliveira (2014) encontra consonância em Duranti (2007), para quem a educação contemporânea que os arquivistas recebem é extremamente variada. A formação pode ser diferente de um continente para outro, de um país para outro, de uma universidade para outra. Considerando que essas variáveis dependem da história dos países, de suas estruturas arquivísticas, dos fundos documentais que preservam, das tradições arquivísticas, de fatores específicos inerentes às universidades, da formação dos professores e dos recursos financeiros disponíveis.

Com base no contexto do programa InterPARES, Duranti apresenta características essenciais em qualquer programa de formação em arquivologia: 1) harmonizar o corpo universal de conhecimentos da ciência arquivística com os aspectos específicos da realidade e dos registros locais; 2) balancear o aspecto teórico com a prática, fornecer maneiras de relacionar teorias e metodologias com o ambiente profissional; 3) treinar para pesquisa e incentivar a participação em projetos de pesquisa, com o objetivo de desenvolver habilidades que possam contribuir para o avanço disciplinar do conhecimento (Duranti, 2007).

A autora defende que a chave para uma correta educação do novo arquivista é a *flexibilidade*, proporcionando uma experiência de aprendizagem holística que lhe permita seguir as próprias inclinações, interesses e aspirações. Essa flexibilidade é possível por duas razões: 1) em programas com as três características necessárias já identificadas, o aluno será preparado para adquirir conhecimento fora da educação formal; 2) e terá a oportunidade de complementar a formação em programas de pós-graduação por meio de cursos de formação, seminários e conferências, sem considerar a literatura disponível na internet, os sites das associações profissionais, das instituições arquivísticas etc. O que devemos ensinar aos alunos é como explorar e usar todos esses recursos de uma forma inteligente (Duranti, 2007).

Este desafio é compartilhado por Jardim (2006):

O grande desafio hoje, ao tentarmos educar alguém para exercer qualquer área do conhecimento – não apenas na arquivologia – é o de formarmos profissionais disponíveis intelectualmente para manterem-se constantemente atualizados. Por isso, mais do que nunca, o projeto pedagógico tem que estar direcionado para a formação de um profissional com *senso crítico*, com *capacidade de aprender constantemente*. [...] As “novas” exigências de formação de arquivistas são distintas de um padrão que esteve em vigor até muito recentemente, um padrão relacionado, sobretudo, a uma arquivologia de manuais. Ou seja, as perguntas estavam de certa forma, prontas e mapeadas e as respostas, de maneira geral, também. A transição para um novo padrão de formação de arquivistas ainda não está consolidada. Estou falando em termos gerais e não apenas sobre o Brasil.

Por isso mesmo, mais do que nunca o ensino na área necessita aproximar-se – e vem se aproximando aos poucos – da pesquisa. O binômio *ensino/pesquisa* é cada vez mais fundamental para a arquivologia. Nesse sentido, nós temos um cenário que também é inovador, no qual a universidade atua não só como lócus de formação de profissionais, mas também de *produção do conhecimento* (Jardim, 2006, p. 12, grifo nosso).

Embasado, principalmente, em Duranti (2007) e Jardim (2006), que compartilham ideias muito próximas de que a formação do arquivista deve ser estruturada no desenvolvimento de habilidades que contribuam para a construção e disseminação do conhecimento, calçada na flexibilidade do indivíduo capaz de despertar seu senso crítico e sua capacidade de aprendizagem constante, pontos essenciais para a ampliação da competência em informação, apresenta-se um dos eixos da pesquisa de doutorado da qual esse estudo faz parte: identificar se os cursos de graduação em arquivologia brasileiros têm contemplado, nas diretrizes curriculares e em seus projetos pedagógicos, elementos relacionados com a disciplina.

A coleta de dados se deu por meio da pesquisa documental e a sua avaliação, pela análise de conteúdo (Bardin, 2011). O material foi submetido a um estudo embasado nas proposições de Dudziak (2001), que relaciona o desenvolvimento da competência em informação com o processo de aquisição de conhecimentos e habilidades em diferentes contextos ao longo da vida, representado por três concepções, caracterizadas como categorias de análise:

1. *Informação, com ênfase nas tecnologias*, envolvendo as habilidades de operação e comunicação por meio de computadores, a compreensão do funcionamento de equipamentos, programas e aplicações e ainda a produção, organização, disseminação e acesso de forma automatizada com vistas a resolver problemas por meio do uso da tecnologia;
2. *Conhecimento, com ênfase nos processos cognitivos*, em que ocorre o processo de busca da informação para a construção do conhecimento;
3. *Inteligência, com ênfase no aprendizado ao longo da vida*, que engloba não só conhecimentos e habilidades como também a noção de valores atrelada à dimensão social do indivíduo, como ética, autonomia, responsabilidade, criatividade, pensamento crítico, “aprender a aprender,” com ênfase no cidadão como ser social.

O *corpus* de análise configura-se nos 16 projetos pedagógicos de curso (PPC)³ das graduações em arquivologia no Brasil e no parecer do Conselho Nacional de Educação/Câmara

3 A coleta de dados para constituição do *corpus* nesta etapa da pesquisa iniciou-se na plataforma E-MEC <<http://portal.mec.gov.br/>>, a fim de identificar os cursos de graduação oferecidos no país e autorizados pelo Ministério da Educação (MEC). Foram identificados 16 cursos de graduação em arquivologia: Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Universidade Federal Fluminense (UFF); Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio); Universidade de Brasília (UnB); Universidade Federal da Bahia (Ufba); Universidade Estadual de Londrina (UEL); Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Universidade Estadual Paulista (Unesp/Marília); Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); Universidade Federal do Rio Grande (FURG); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Universidade Federal Santa Catarina (UFSC); Universidade Federal do Amazonas (Ufam); e Universidade Federal do Pará (Ufpa).

de Educação Superior – CNE/CES 492/2001, que estabelece as diretrizes curriculares (DC) para os cursos de arquivologia, objeto da primeira fase do estudo. Como resultado inicial, concluiu-se que todos os 16 projetos pedagógicos contemplam as DC apresentadas no parecer CNE/CES 492/2001, que indicam condições básicas relacionadas ao perfil dos formandos e às competências e habilidades. Com relação ao *perfil dos formandos*, o referido documento destaca que

o arquivista deve ter o domínio dos conteúdos da arquivologia e estar preparado para enfrentar com proficiência e criatividade os problemas de sua prática profissional, particularmente os que demandem intervenções em arquivos, centros de documentação ou informação, centros culturais, serviços ou redes de informação, órgãos de gestão do patrimônio cultural (Brasil, 2001).

No quesito *competências e habilidades* dos graduados em arquivologia, o parecer CNE/CES 492/2001 apresenta as de caráter geral e comum e as de caráter específico. Dentre as competências e habilidades gerais, destacam-se para este recorte: gerar produtos a partir dos conhecimentos adquiridos e divulgá-los; elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos; desenvolver e utilizar novas tecnologias; traduzir as necessidades de indivíduos, grupos e comunidades nas respectivas áreas de atuação; desenvolver atividades profissionais autônomas, de modo a orientar, dirigir, assessorar, prestar consultoria, realizar perícias e emitir laudos técnicos e pareceres; responder a demandas de informação produzidas pelas transformações que caracterizam o mundo contemporâneo (Brasil, 2001).

As competências e habilidades destacadas no parecer permitem traçar um paralelo com preceitos da ColInfo, como produção e divulgação de conhecimento, questões tecnológicas, necessidades informacionais, autonomia, criatividade, entre outros. Contudo, o documento foi homologado em 2001, período em que as discussões em torno da *information literacy* ainda se iniciavam nas pesquisas nacionais, considerando-se que foi no ano de 2000 que surgiram os primeiros estudos sobre competência em informação no Brasil. Caregnato (2000) foi a primeira pesquisadora brasileira a mencionar a *information literacy* no contexto nacional, termo traduzido como “alfabetização informacional” e apresentado junto à expressão “habilidades informacionais” em uma tentativa de modernizar a expressão “estudos de usuário”. Assim, supõe-se que as competências e habilidades apresentadas no parecer não sejam decorrentes das discussões em torno da temática ColInfo, ainda embrionária no Brasil no período de elaboração do documento, mas se sugere que, aliado a outros quesitos, o documento que estabelece as diretrizes curriculares para os cursos de arquivologia possa ser reformulado, considerando, inclusive, a competência em informação como relevante para a formação do arquivista.

Da análise dos projetos pedagógicos, embasada nas categorias extraídas de Dudziak (2001), foi possível elaborar o quadro 1, que apresenta as habilidades e competências encontradas nos documentos.

Quadro 1 – Resultado da análise de conteúdo

Categoria	Habilidades e competências
Informação com ênfase nas tecnologias	Sintonia com as tecnologias, especialmente pela relação com os suportes eletrônicos e digitais e o seu gerenciamento.
Conhecimento com ênfase nos processos cognitivos	Atividades de pesquisa, ensino e extensão: iniciação científica e trabalhos de conclusão de curso. Utilização de estratégias pedagógicas que enfatizem a busca e a construção-produção do conhecimento, em vez da (simples) transmissão e aquisição de informações. Criatividade, espírito investigativo, criticidade, inovação e capacidade para resolução de problemas.
Inteligência com ênfase no aprendizado ao longo da vida	Necessidade de o arquivista estar preparado para interagir com a sociedade, diante de sua responsabilidade para com a construção e preservação da memória histórica, cultural e social. Competência para o exercício pleno da cidadania com ênfase na formação continuada e permanente. Senso crítico, pensamento lógico, intuição, proficiência, sensibilidade, rigor, proatividade, criatividade, espírito empreendedor, espírito associativo, curiosidade e autonomia intelectual, postura investigativa, liderança, postura ética e caráter humanitário.

Dessa forma, foi possível identificar que a competência em informação permeia os documentos norteadores do ensino de arquivologia no Brasil, com base no ponto de vista teórico cujas características apresentam a disciplina como sendo transdisciplinar, incorporando um conjunto integrado de habilidades, conhecimentos, valores pessoais e sociais; um processo de aprendizado contínuo que envolve informação, conhecimento e inteligência; e permeia qualquer processo de criação, resolução de problemas e/ou tomada de decisões.

Ao concluir esta etapa da pesquisa ficou evidente a pertinência de um estudo comparativo entre os preceitos da Colnfo e os documentos norteadores do ensino em arquivologia, considerando que os resultados mostraram que tais conceitos transitam nesses documentos, mesmo que de forma implícita, acentuando a presença da arquivologia como ciência nas discussões inerentes às áreas ditas “da informação”.

Contudo, para que seja concreta a inserção da Colnfo no cenário arquivístico, especificamente nos cursos de formação em arquivologia, é necessário identificar, por exemplo, a disponibilização de disciplinas nos cursos de graduação e nos cursos de formação continuada que relacionem a competência em informação, desde a formação – no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão – com as práticas desempenhadas pelo profissional, voltadas diretamente para as funções arquivísticas, além de outras atividades transversais relativas ao gerenciamento informacional e documental. A investigação em busca dessas evidências é o que apresentará os elementos necessários para a construção de um panorama que embasará a solidificação de ações para inserção da Colnfo no seio da formação em arquivologia no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Belluzzo e Kerbauy (2004) destacam que a ColInfo não é útil apenas em atividades acadêmicas e escolares, mas aplicável a todas as situações de resolução de problemas ligados à necessidade de informação. Assim, compreender como a competência em informação aparece refletida nos cursos de graduação em arquivologia é o passo inicial para identificar a relevância dessa disciplina na formação acadêmica e nas práticas profissionais do arquivista, considerando o seu escopo de atuação diante dos recursos tecnológicos e do intenso fluxo informacional e documental.

A continuidade das pesquisas nessa seara remete para além da formação acadêmica e da atuação profissional do arquivista. O impacto atinge diretamente docentes e pesquisadores da área, bem como a produção acadêmico-científica, que é o caminho para consolidação das teorias e ruptura de paradigmas.

Referências

- ANDRADE, W. O. de. *Usuários da informação jurídica: quem são e como funciona o fluxo informacional no Arquivo da Justiça Federal da Paraíba (JFPB)*. 2014. 138 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014. Disponível em: <<http://tede.biblioteca.ufpb.br:8080/handle/tede/3963>>. Acesso em: 29 out. 2016.
- BADKE, W. Why information literacy is invisible. *Communications in Information Literacy*, v. 4, n. 2, p. 129-141, 2010. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/William_Badke/publication/289814869_Why_Information_Literacy_Is_Invisible/links/56a2549308aef24c585cbcd/Why-Information-Literacy-Is-Invisible.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2017.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BELLOTTO, H. L. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. FGV editora, 2006.
- BELLUZZO, R. C. B.; KERBAUY, M. T. M. Em busca de parâmetros de avaliação da formação contínua de professores do ensino fundamental para o desenvolvimento da information literacy. *Educação Temática Digital*, v. 5, n. 2, p. 129-139, 2004. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4856226.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2018.
- BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, n. 248, 23 dez. 1996. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 22 set. 2017.
- BRASIL. Parecer CNE/CES n. 492, de 3 de abril de 2001. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior. Diretrizes curriculares nacionais dos cursos de filosofia, história, geografia, serviço social, comunicação social, ciências sociais, letras, biblioteconomia, arquivologia e museologia, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2017.
- BRISOLA, A. C. C. de A. et al. *A ágora digital, a competência crítica em informação e a cidadania ampliada: uma construção possível*. 2016. 144 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro/Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<http://ridi.ibict.br/handle/123456789/890>>. Acesso em: 1 fev. 2018.

CAREGNATO, S. E. O desenvolvimento de habilidades informacionais: o papel das bibliotecas universitárias no contexto da informação digital em rede. *Revista de Biblioteconomia e Comunicação*, Porto Alegre, v. 8, p. 47-55, 2000. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/11663/1/artigoRBC.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

CARMO, A. L. S. *Estratégias de mediação arquivística nas instituições federais de ensino superior*. 2015. 106 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2712726>. Acesso em: 24 set. 2016.

DUDZIAK, E. A. A information literacy e o papel educacional das bibliotecas. 2001. 173 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27143/tde-30112004-151029/>>. Acesso em: 21 jun. 2016.

_____. Os faróis da sociedade de informação: uma análise crítica sobre a situação da competência em informação no Brasil. *Informação & Sociedade – Estudos*, João Pessoa, v. 18, n. 2, p. 41-53, maio-ago. 2008. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/1704/2109>>. Acesso em: 25 nov. 2016.

_____. Information literacy: princípios, filosofia e prática. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 32, n. 1, p. 23-25, jan.-abr. 2003. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/123>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

DURANTI, L. Models of archival education: four, two, one or a thousand. *Archives & Social Studies – A Journal of Interdisciplinary Research*, v. 1, n. 1, p. 41-62, 2007. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/36918205/Duranti_models.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1534108278&Signature=zwPvltLSLkcaW9TpELAtX3xSpm4%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DModels_of_Archival_Education_Four_Two_On.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2018.

EASTWOOD, T. Nurturing archival education in the university. *The American Archivist*, v. 51, n. 3, p. 228-252, 1988. Disponível em: <<http://americanarchivist.org/doi/pdf/10.17723/aarc.51.3.qgk71605x660gm85>>. Acesso em: 18 mar. 2018.

ELIAS, E. D. *Arquivometria: procedimentos e operações técnicas da gestão documental*. 2015. 298 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2614560#>. Acesso em: 21 jun. 2016.

FARIAS, G. B. de. *Competência em informação no ensino de biblioteconomia: por uma aprendizagem significativa e criativa*. 2014. 183 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/110383>>. Acesso em: 19 nov. 2015.

FURTADO, R. L.; BELLUZZO, R. C. B.; PAZIN, M. C. de C. Competência em informação e arquivologia: uma revisão bibliográfica sistemática no cenário nacional e internacional. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (Enancib), 17., 2016, Salvador. *Anais...* Salvador: XVII Enancib, 2016. p. 1.470-1.492. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B7rxeg_cwHajQdFcWMxd1pFYk0/view>. Acesso em: 2 abr. 2017.

HORTON JR. F. W. *Understanding information literacy: a primer*. Paris: Unesco, 2007.

_____. (ed.). *Overview of information literacy resources worldwide*. Paris: Unesco, 2013.

_____. *Overview of information literacy: resources worldwide*. 2.ed. Paris: Unesco, 2014/2015. Disponível em: <<https://www.ifap.ru/library/book570.pdf>>. Acesso em: 8 fev. 2018.

JARDIM, J. M. Políticas públicas arquivísticas: princípios, atores e processos. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 5-16, 2006.

JESUS, L. C. B. de. *Padrões de competências em informação: uma análise comparativa dos indicadores, direcionada a avaliação de competências infocomunicacionais e infomidiáticas*. 2016. 177 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

JOHNSTON, B.; WEBBER, S. Information literacy in higher education: a review and case study. *Studies in Higher Education*, v. 28, n. 3, p. 335-352, 2003. Disponível em: <<http://www.studystream.org/upload/data/6/Information%20Literacy%20in%20Higher%20Edu.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

LAU, J. *Diretrizes sobre desenvolvimento de habilidades em informação para a aprendizagem permanente*. Boca Del Rio: International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA), 2008. Disponível em: <<http://www.ifla.org/files/assets/information-literacy/publications/ifla-guidelines-pt.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

_____. Conceptual relationship of information literacy and media literacy. Veracruz: Universidad Veracruzana, 2013. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.403.3465&rep=rep1&type=pdf#page=77>>. Acesso em: 15 ago. 2017

LOUSADA, M. *A mediação da informação na teoria arquivística*. 2015. 135 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/124379>>. Acesso em: 21 jan. 2017.

MATA, M. L. da. *Inserção da competência informacional nos currículos dos cursos de biblioteconomia no Brasil e de informação e documentação na Espanha*. 2014. 195 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2014. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/mata_ml_do_mar.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2017.

MATA, M. L. da.; CASARIN, H. de C.; MARZAL, M. A. Da educação de usuários à competência em informação: perspectivas conceituais. In: ALVES, F. M. M.; CORRÊA, E. C. D.; LUCAS, E. R. de O. (org.). *Competência em informação: políticas públicas, teoria e prática*. Salvador, Edufba, 2016. p. 280-301.

MARTENDAL, F. F.; SILVA, E. C. L.; VITORINO, E. V. Diálogo entre as dimensões da competência em informação e os cursos de graduação em arquivologia do sul do Brasil. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 23, n. 3, p. 53-78, 2017.

MARQUES, A. A. da C. *Os espaços e os diálogos da formação e configuração da arquivística como disciplina no Brasil*. 2007. 298 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

OLIVEIRA, F. H. de. *A formação em arquivologia nas universidades brasileiras: objetivos comuns e realidades particulares*. 2014. 223 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

POMBO, O. Epistemologia da interdisciplinaridade. *Ideação*, v. 10, n. 1, p. 9-40, set. 2010. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/4141/3187>>. Acesso em: 4 abr. 2017.

PORTO, C.; RÉGNIER, K. *O ensino superior no mundo e no Brasil: condicionantes, tendências e cenários para o horizonte 2003-2025: uma abordagem exploratória*. Brasília, DF, 2003. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/ensinosuperiormundobrasil Tendenciascenarios2003-2025.pdf>>. Acesso em: 2 nov. 2017.

UNESCO. *Declaração mundial sobre educação superior no século XXI: visão e ação*. Anais da Conferência Mundial sobre Ensino Superior. Tradução Unesco/Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB). Paris: Unesco, 1998.

VAZ, G. A. *A importância dos estudos de usuários na formação do arquivista*. 2015. 120 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUBD-A59F42/disserta__o_gl_ucia_vaz.pdf?sequence=1>. Acesso em: 21 jan. 2017.

YAFUSHI, C. A. P. *A competência em informação para a construção de conhecimento no processo decisório: estudo de caso na Duratex de Agudos (SP)*. 2015. 232 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/126599>>. Acesso em: 12 maio 2017.

ZURKOWSKI, P. G. *Information services environment relationships and priorities*. Washington D.C.: National Commission on Libraries, 1974.

Recebido em 1/7/2018

Aprovado em 28/11/2018